

## PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM TERRITÓRIO, RISCO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### Políticas Públicas e Instrumentos de Gestão do Risco (8 ECTS)

#### Docentes

Fátima Lopes Alves (Docente responsável)

Equipa docente

Carlos Alberto Borrego

Celeste Coelho

Elisabete Figueiredo

Filomena Martins

Luís Arroja

Maria de Fátima Alves

Maria Teresa Fidélis

Myriam Lopes

#### **Objetivos**

Conhecer as políticas públicas em matéria de ordenamento do território, do ambiente e de gestão do risco.

Analisar os principais instrumentos de política nacional em matéria de ordenamento do território e ambiente.

As componentes referentes à legitimação social dos instrumentos de gestão do risco; importância da integração das perspetivas leigas nas técnicas de avaliação e gestão do risco; instrumentos legais comunitários e nacionais de Gestão do Risco Industrial. Ênfase aos Planos de Emergência, previstos na legislação em vigor.

Os instrumentos operacionais de Defesa Nacional, Segurança e Proteção Civil que estão na base do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção das situações de risco e emergência.

#### **Conteúdos Programáticos**

- Políticas Públicas em Ordenamento do Território e Ambiente e Riscos
- PNPT - : Objetivos, âmbito territorial, orientações estratégicas para o âmbito nacional, regional e municipal
- Estratégia Nacional Integrada para a prevenção de riscos naturais e tecnológicos
- Estratégia Nacional da Proteção do solo; Plano de ação de combate à desertificação e à seca

- Estratégia Nacional para as Florestas; Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
- Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas
- Estratégia para a gestão Integrada da Zona Costeira; Bases Legais para a gestão do Litoral; -
- Planos de Ordenamento da orla costeira
- Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas; Avaliação de Impacte Ambiental associado aos riscos naturais e tecnológicos.
- Avaliação de Impacte Ambiental associado aos acidentes graves.
- Diretiva Seveso e sua articulação com a política de ordenamento do território
- A ANPC. A lei de bases da Proteção Civil. Os planos de emergência.

### **Bibliografia de base**

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

[http://www.territorioportugal.pt/pnpot/;](http://www.territorioportugal.pt/pnpot/)

Avaliação de Impacte Ambiental - IA [http://www2.apambiente.pt/IPAMB\\_DPP/Sistema](http://www2.apambiente.pt/IPAMB_DPP/Sistema)  
Nacional de Prevenção e Proteção Civil;

Diretiva SEVESO II – 2004 – Decreto-Lei n.º 164/2001, de 23 de maio;

Diretiva Floods – Directive 2007/60/EC of the European Parliament and of the Council of 23 October 2007;

Diretiva Água – Directive 2000/60/EC of the European Parliament and of the Council of 23 October 2000;

Lei da Água – Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro. Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;

Diretiva Reach – Directive 2006/121/CE of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006;

Normas OHSAS. 18001- Sistema de Gestão Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.